

Preocupação materna primária inclusiva: um novo lugar para o pai¹

Inclusive primary maternal concern: a new place for the father

Natália De Toni Guimarães dos Santos*
Silvia Maria Abu-Jamra Zornig**

Resumo

O presente artigo versa sobre os sentimentos e expectativas predominantes nas mães com relação à participação e parceria do companheiro, pai da criança, nos cuidados com o bebê. A partir dos dados coletados em nossa pesquisa de campo qualitativa, acompanhando mulheres da gestação ao puerpério, observamos que, no contexto da classe média carioca, em que homens e mulheres compartilharam a função do sustento familiar, o cuidado da prole, tradicionalmente encargo feminino, passa a ser atribuição masculina também, ao menos na expectativa das mulheres-mães. O amparo que esperam do homem-pai não é só a partir do lugar do terceiro, de sustentação da dupla mãe-bebê, mas é também em sua disponibilidade para a abertura sensível ao bebê, partilhando com a mulher a delicada tarefa de deixar-se afetar pelo outro e oferecer-lhe um cuidado sensível. Ponderamos, enfim, sobre as implicações desse novo lugar para o pai no relacionamento conjugal e familiar.

Palavras-chave: Preocupação materna primária. Conjugalidade. Paternidade. Atualidade. Psicanálise.

Abstract

This article deals with the predominant feelings and expectations of mothers regarding the participation and partnership of their partner, the child's father, in the care of the baby. Based on the

¹ Este artigo é fruto da Tese de Doutorado intitulada *Preocupação materna primária: condições de instauração e seus desafios na atualidade*, defendida em 2016, na PUC-Rio, sob orientação da Prof. Dra. Silvia Zornig.

* Psicóloga e Psicanalista. Mestre em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. natonigui@yahoo.com.br

** Psicanalista, Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Coordenadora do curso de Especialização em Psicologia Clínica com Crianças da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Membro fundadora da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê (ABEBE). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. silvia.zornig@gmail.com

data collected in our qualitative field research, following women from pregnancy to the postpartum period, we observed that, in the context of Rio de Janeiro's middle class, in which men and women shared the role of family support, the care of the offspring, traditionally a female responsibility, becomes a masculine assignment too, at least in the expectation of women-mothers. The support they expect from the man-father is not only based on the place of the third, a sustenance of the mother-baby pair, but it is also in his availability for sensitive opening to the baby, sharing with the woman the delicate task of letting to be affected by the other and offer sensitive care. Finally, we consider the implications of this new place for the father in the marital and family relationship.

Keywords: *Primary maternal preoccupation. Conjugality. Paternity. Actuality. Psychoanalysis.*

Novos tempos para homens e mulheres: contextualizando nossa pesquisa

A *preocupação materna primária* é hoje composta por novas nuances que não estavam em consideração no contexto das elaborações psicanalíticas de Donald Winnicott. Foi aí que se originou este conceito, na década de 1960, referindo-se ao estado subjetivo da mulher, de profunda identificação ao bebê no período perinatal, isto é, em torno do nascimento e primeiros tempos de vida do bebê. Se, naquela época, os papéis sociais de homens e mulheres eram muito mais definidos – sendo o homem classicamente o provedor e a mulher a cuidadora – na atualidade, com a maciça entrada feminina no mercado de trabalho, essa divisão muito estanque parece estar sendo desconstruída, na medida em que há maior igualdade entre os gêneros e que os mesmos não funcionam mais como critério de divisão social do trabalho. Como as mulheres de hoje são provedoras, além de cuidadoras, parecem esperar que os homens, seus companheiros, também sejam capazes de se desenvolver na esfera classicamente feminina: os cuidados com o bebê.

É claro que essa expectativa feminina em relação aos companheiros que se tornam pais não se reduz a uma mera contrapartida racional relativa à maior participação da mulher no mundo do trabalho e no sustento da família. Trata-se mesmo de uma necessidade psíquica de acolhimento e parceria que as mulheres talvez sempre tenham sentido, mas que o contexto atual de maior igualdade econômica/social entre homens e mulheres parece trazer à tona. A possibilidade de esses afetos serem reconhecidos e legitimados abre paulatinamente um campo para essa demanda das mulheres-mães em direção aos seus companheiros, chamando-os a se ocupar da esfera doméstica e familiar com um nível de presença, sensibilidade e dedicação diferenciado. Não advogamos que esta seja uma condição universal de todas as mães, mas é uma tendência percebida dentro do recorte de nossa pesquisa de doutorado (SANTOS, 2017), na qual acompanhamos, por meio de entrevistas semiabertas ao longo da gestação e dos seis primeiros meses do puerpério, mulheres de 25 a 40 anos da classe média carioca, todas profissionais e comprometidas com o orçamento doméstico junto ao companheiro. Nossa escuta tinha como objetivo identificar os principais fatores em jogo no processo de construção da maternidade e compreender de que forma as diversas angústias e expectativas influenciaram a experiência da maternidade em cada uma das entrevistadas.

Foi notório na avaliação dos resultados de nossa pesquisa qualitativa perceber que as mães desejam que seus companheiros se sensibilizem para se co-

nectar com o bebê de forma semelhante ao que elas vivem em estado de preocupação materna primária, compartilhando com elas os afetos, os investimentos e as responsabilidades envolvidas. Todo o amor e devoção ao bebê que comumente acompanha a recém-mãe também tem, como contrapartida, certa dose de preocupação e angústia quanto ao seu bebê. É algo que demanda muita energia psíquica da mulher e que ocupa muito espaço subjetivo, na medida em que se trata de um processo de regressão a um estado psíquico infantil extremamente sensível. Assim, mais do que um amparo para esse mergulho delas, do que sustentar com segurança essa regressão materna, parece que as mulheres-mães de hoje se sentem mais seguras não estando sozinhas nessa abertura sensível ao bebê. Os seus companheiros, pois, são convocados a mergulhar junto com elas nesse encontro profundo com o infantil – do bebê e de cada um dos adultos envolvidos. É claro que a profundidade que cada um alcança não é a mesma – e nem precisa ser.

A maternidade e a função do cuidado através da história

Obviamente, como afirma Winnicott (1979), o pai sempre foi revestido de importância fundamental por seu papel de prover a sustentação ambiental para que a mãe possa bem desempenhar sua função junto ao bebê. Era responsabilidade do homem, como terceiro, cuidar da segurança e da subsistência familiar para que a mulher pudesse se dedicar ao cuidado da prole. Vejamos aqui como os lugares de cada um são bem definidos e delimitados: o pai é o terceiro que dá sustentação para que a mãe cuide da criança. O autor inglês até admite que o pai possa ocupar o lugar do cuidador da criança, mas isso por um curto período de tempo, apontando para uma insuficiência – esperada e legitimada – do pai quanto à tarefa de cuidar, posto que sua função “natural” era a provisão familiar. A relação com o bebê, nesse sentido, era ocupação exclusivamente feminina – referendada ainda, talvez, por resquícios do discurso essencialista que assimilava a maternidade a uma dita natureza feminina (ROUDINESCO, 2003). Ao pai caberia, no máximo, algum tipo de ajuda à mulher em sua tarefa materna.

Certamente não é possível negar o condicionamento biológico da mulher à função de mãe, mas, por outro lado, sabemos que qualquer pessoa que se disponha a se dedicar ao bebê, é capaz de desenvolver a sensibilidade necessária para reconhecer seus estados de ser e atender-lhe satisfatoriamente. Mais do que uma capacidade inerente a um ser humano, portanto, o cuidar depende

de um desejo de cuidar, de uma implicação subjetiva, de uma abertura sensível ao outro. Segundo Plastino (2009), o cuidar, em seu sentido genuíno, não se refere a técnicas ou procedimentos que possam ser codificados e sistematizados em manuais, mas é uma capacidade que deve ser desenvolvida ao longo de toda a vida, no campo da experiência, seguindo um caminho progressivo, e ao mesmo tempo complexo, desde o ser cuidado, à capacidade de se cuidar e, enfim, de cuidar do outro.

A construção da capacidade de cuidar, então, é mobilizada pela introjeção de uma experiência que começa a se dar num nível muito primário da subjetivação e, aos poucos, vai se complexificando através das amarrações de sentido, promovendo a ascensão do sujeito aos processos de simbolização propriamente ditos (PLASTINO, 2009). O cuidado é uma capacidade que vem de dentro, da própria constituição humana, brotando a partir do sentimento ético natural desenvolvido num ambiente suficientemente bom. Por sermos absolutamente dependentes do outro ao nascer, o humano traz como potencial inato a capacidade de cuidar, mas sem um outro que nos tome em seus braços e realize para nós as funções de cuidado, jamais seremos capazes de atualizar nosso potencial cuidador.

A convocação biológica ao cuidar que vive a mulher que gesta, pare e amamenta, naturalmente, facilita esse processo de abertura subjetiva ao outro, de dedicação e devoção ao bebê. Segundo Kehl (1988), essa vantagem feminina, ao nível da vinculação biológica com a criança, foi historicamente usada como justificativa para restringir o papel masculino diante do cuidado dos bebês humanos, já que se fala em instinto materno, mas jamais em instinto paterno. O discurso essencialista que atrelava a mulher, por natureza, ao lugar de mãe, imbuída naturalmente de características maternas como docilidade, subserviência e mansidão teve grande peso para a legitimação da exclusão do masculino no campo do cuidado com a prole.

A função sociopolítica do discurso do instinto materno foi, então, justamente asseverar esse apartamento entre os papéis sociais femininos e masculinos, demarcando com bastante clareza os territórios femininos dentro dos limites domésticos e familiares, e os masculinos no âmbito da esfera pública. Assistimos, portanto, ao longo de toda a modernidade, toda uma construção social que assimila as práticas de cuidado ao feminino, inclusive para além da maternidade. Cuidadoras, professoras, enfermeiras ainda são, no imaginário social, profissões essencialmente femininas, para as quais as mulheres teriam um talento especial, algo como um dom inato (KEHL, 1988). Ressaltamos aqui, entretanto, que não é nosso objetivo, de forma alguma, desvalorizar ou

reduzir a importância dessa extraordinária capacidade sensível da mulher de se identificar profundamente com a criança. O que sustentamos é que os homens que se tornam pais são hoje convidados – ou mesmo convocados – a ocupar um novo lugar diante da clássica díade mãe-bebê. Um lugar diferenciado e inédito, passando de coadjuvante ou mero apoio para que a mãe realize os cuidados com a criança, para parceiro legítimo da mãe nessa empreitada. Desse modo, ainda que ela seja naturalmente mais propensa a ter êxito na compreensão dos estados do bebê e que seu corpo seja, *a priori*, para ele, muito mais familiar e tranquilizador que o corpo do pai, este último precisa dar sua cota de investimento pulsional na relação com o bebê, deixando-se afetar por ele, acompanhando, ainda que não da mesma forma ou na mesma intensidade, sua companhia nessa abertura subjetiva e nesse mergulho no sensível.

A sensibilidade masculina, então, vem sendo desafiada a alargar-se, fazendo do pai alguém capaz de também prover acolhimento, afeto e carícias – para a mulher, mas também para a criança. Os papéis de mãe e pai, então, encontram-se hoje sobrepostos, de certa forma, havendo maior fluidez para que ambos os gêneros transitem nos campos parental e profissional. Analisamos que esta parceria se faz especialmente necessária no contexto atual em que as avós, em sua maioria, não se colocam inteiramente disponíveis devido a suas próprias ocupações. Nesse sentido, é de suma importância para as mães estabelecerem com o companheiro um campo intersubjetivo parental de sintonia e parceria em prol da colaboração mútua, evitando sobrecarga para qualquer um dos lados. A identificação com o companheiro, portanto, se faz fundamental nesse contexto ético em que colocar-se no lugar do outro é a chave para o bem-estar de todos. No entanto, o que constatamos na pesquisa é a profusão de insatisfações femininas com relação à participação de seus companheiros, nas práticas de cuidado com o bebê, no tempo do puerpério.

O que emerge do campo: novas nuances nas expectativas femininas sobre os companheiros enquanto pais

Vamos então à apresentação de alguns casos estudados em nossa pesquisa para ilustrar essa dinâmica afetiva do casal em processo de ingressar na parentalidade. Joana, 32 anos, paulista, médica, casada, com grande valorização da maternidade em sua trajetória pessoal, procurou preparar-se para a mesma com estudos e planejamentos que lhe trouxessem a sensação de controle sobre o processo, demonstrando também – o que comumente faz parte

do processo de transição para a maternidade –, insegurança e fragilidade nessa travessia identitária para o papel de mãe, ao questionar-se se conseguiria se entender com seu bebê.

Apesar de considerar seu companheiro “acima da média” quanto ao papel de pai, na perspectiva de Joana, emocionalmente sensibilizada pelo estado de preocupação materna primária, ele mostrou-se imaturo, nervoso e angustiado (*sic*) com o choro intenso do bebê, em alguns momentos, além de se sentir preterido e rejeitado pela esposa, comentando certa vez, que até seu lugar à mesa o filho havia tomado. Ele apresentava, por vezes, humor depressivo, reclamando de cansaço, segundo Joana, como forma de não ser tão solicitado, ao mesmo tempo em que sinalizava que ele também – e não só o bebê – necessitava dos cuidados e da atenção dela. Joana, desse modo, teve sua expectativa sobre a paternidade dele, em grande medida, frustrada, especialmente nos primeiros momentos da vida do bebê, em que esperava dele mais tranquilidade, apoio e compreensão, surpreendendo-se ao ser cobrada por ele e por vê-lo tão fragilizado.

Percebemos aqui como o retorno do infantil também acontece para o homem que se torna pai, de forma intensa, promovendo essa desestabilização emocional a partir do confronto com o próprio desamparo. Assim, mesmo que haja uma dedicação acima da média do que comumente ou tradicionalmente se espera dos homens na preparação para a paternidade, isto é, mesmo com seu o desejo em jogo, a tarefa do cuidado nos faz defrontar-nos com conteúdos internos arcaicos que nos chamam à elaboração. Especialmente no que diz respeito à perspectiva da entrada de um terceiro, inteiramente dependente, que chega à vida do casal alterando toda a dinâmica relacional, muitos desafios se impõem. Nessa triangulação primordial é preciso haver presença e ausência, sustentar a falta e ser continente – para o outro, os outros, mas também para si –, o que exige sensibilidade, flexibilidade e altruísmo dos envolvidos.

Joana ressentia-se com a falta de parceria do companheiro, muito focado naquilo que ela deixava de fazer por ele e pouco atento ao esforço que ela vinha empreendendo para dar conta dos cuidados com o bebê. Não se pode negar, é claro, que tornar-se pai também é uma experiência de grande intensidade emocional, comportando vivências de desamparo, especialmente pela via do sentimento de abandono. A questão sexual é, praticamente em todos os casos, o emblema das insatisfações masculinas, com a queixa universal de se sentirem desinvestidos por suas mulheres, inteiramente devotadas aos bebês. Acreditamos, assim, que uma mudança social gradual em termos de uma maior sensibilização masculina para os cuidados com o bebê possa inclusive contri-

buir para alguma flexibilização na posição clássica em que o bebê é colocado como rival do pai, na medida em que, mais identificados com a tarefa feminina em relação à criança, os homens sejam capazes de *sentir com* as mulheres e dessa forma de serem mais compreensivos e colaborativos.

Sublinhamos aqui que, para suportar a enorme dedicação que se faz necessária no início da vida da criança, a única via possível para a mulher, enquanto mãe, é entrar em preocupação materna primária – esse estado semelhante à loucura que descentra a mulher dela mesma instituindo o bebê como novo centro. Por conta da magnitude desse investimento, observamos que quando se tem apoio e amparo precisamente em relação aos cuidados com o bebê, a tarefa materna pode ser cumprida de forma mais leve e prazerosa, uma vez que as próprias necessidades também podem ter algum espaço. Quando não, como no caso de Érica, em que sobressai a marca de uma precariedade ambiental, com uma rede de apoio muito frágil, a função materna pode até ser suficientemente boa e prazerosa, mas cumprida com grande esforço.

No caso de Erica, 29 anos, órfã de mãe, professora de educação infantil do município e principal provedora familiar, observamos significativa precariedade no âmbito do *holding* ambiental, de forma que a atmosfera que envolveu sua entrada em preocupação materna primária era essencialmente de sobrecarga, angústia e desamparo, pois com seu pai e irmãs distantes, Erica teve mesmo muito pouca ajuda com o bebê e com os afazeres domésticos. Reclama do egoísmo do companheiro que sempre alegava chegar cansado do trabalho, entrando inclusive em certa competição sobre quem estaria mais cansado, como forma de resistir a se dedicar à criança. Ele quase não participava dos cuidados com a criança e ela sentia-se aborrecida pela falta de iniciativa dele. Declara estar vivendo uma relação que não queria, pois não havia parceria e ela acabava se sacrificando, como se não tivesse o direito de relaxar.

A questão da sobrecarga e da falta de parceria por parte do companheiro se coloca desde a gestação, conforme verificamos no seguinte apelo: “É muito pesado eu cuidar de mim, cuidar de você e cuidar do neném, sabe? Alguém tem que dividir as coisas comigo!” (*sic*). De certa forma, no entanto, imaginava mesmo que seria assim, “porque o mundo é machista” (*sic*). Pondera se o cobra demais, procurando aceitar a situação e não o solicitar mais, apesar do alto custo psíquico para ela: acha que ele nunca será capaz de dividir os assuntos referentes à criança, como se esta fosse mais responsabilidade dela do que dele, com todo o peso que essa maternidade solitária lhe acarreta. Ressalta que o companheiro é mais jovem e imaturo, compreendendo que para ele também

era difícil equacionar tudo, apresentando uma postura mais conformada que Joana com relação às suas expectativas frustradas quanto à paternidade do companheiro. Esse conformismo parecia estar embasado numa imagem do feminino atrelada a sofrimento e sacrifício, lamentando-se por sua filha ser mulher: “Eu tinha os meus... muito receio, né? A gente que é mulher, né? Mulher tem isso, tem aquilo, diante da sociedade, né? Tem uns pesos, que eu acho que tem uma carga do feminino... de ser mulher, tem uma carga” (*sic*).

Soma-se a essas questões contextuais de precariedade no *holding* ambiental o importante fator do suicídio de sua mãe quando ela tinha 12 anos. Seus familiares ainda diziam que ela se parecia muito com a mãe, o que a deixava bastante temerosa e insegura, com a sensação de ter muita dificuldade para resolver seus problemas e encontrar soluções. Sua autoimagem era de uma pessoa confusa, desorganizada e insegura, com muito medo de não conseguir proteger a filha de possíveis infortúnios. Apresentava muitas fantasias de doença e até mesmo de morte prematura de sua filha. Desse modo, era muito evidente em Érica a enorme necessidade de acolhimento, cuidado e proteção, especialmente no momento delicado de ingresso na maternidade. Vemos, mais uma vez, com esse caso, como conectar-se com a fragilidade do bebê e da companheira, assumindo o papel de cuidador emocionalmente sensível e forte para amparar e fornecer segurança, é premente para as mulheres-mães e um grande desafio para os homens-pais.

A análise desse caso, então, demonstra quão difícil e angustiante é ter que cuidar sem ser, por sua vez, objeto de cuidado; estar inteiramente disponível para o outro sem as condições mínimas para a renovação das próprias energias, sem ter uma rede de apoio com que se possa contar, inclusive para dividir as preocupações e fantasias. É como dar sem receber: o fluxo não ocorre, gerando sobrecarga e desequilíbrio. Ser mãe, para Érica, foi, portanto, sentir um “amor dolorido” (*sic*), pois embora desejante e disposta à tarefa materna, não poderia imaginar o quanto seria exigida e exaurida na empreitada de dar conta de si e de sua filha sem nenhuma ajuda, reforçando e perpetuando a imagem negativa da mulher, fadada ao sofrimento e à renúncia.

Mariana, 37 anos, professora de dança, apresenta uma constituição subjetiva bastante diferente de Érica, com um grau de dedicação à filha muitíssimo menor, já que sua ampla rede de apoio possibilitava delegar bastante a função materna. Esse respaldo da rede era realmente fundamental para uma configuração subjetiva com baixíssima tolerância ao estado de dedicação intensa que um bebê pequeno necessita. Desde a gestação, Mariana planejava seu rápido retorno às atividades profissionais, tanto por conta de sua dificuldade em estar

exclusivamente devotada à criança – dizendo ser sua mãe muito mais paciente que ela – quanto por sua enorme responsabilidade com relação à provisão financeira da família. Responsável por arcar com grande parte das despesas, sentia-se sempre na obrigação de produzir, de “ter que estar bem”, de ter que dar conta não importa como, o que lhe gera muita tensão e incomoda o marido, que julga serem excessivas as suas preocupações. À maternidade, que de fato nunca fora sua prioridade – recorda-se das brincadeiras infantis em que jamais escolhia ser a mãe, mas sempre a médica ou similar –, coube apenas um espaço restrito e bem delimitado em sua vida e em seu psiquismo.

Autoritária, sempre impôs a rotina doméstica ao seu marido, que costumava segui-la. Na gestação nutria grande expectativa sobre a paternidade dele, ao ver que ele tinha muito jeito para lidar com criança, transmitindo-lhe segurança. De fato, nos primeiros tempos da vida da filha ele foi apoio fundamental, inclusive acordando de madrugada para poupá-la. Demonstrava parceria ao ficar com a criança ao chegar do trabalho para Mariana se cuidar. Porém, alguns meses depois, ela também se queixava de sobrecarga quanto às ações de cuidado, que pouco fazia e de seu egocentrismo ao não se importar em manter a criança em local inapropriado se ele estivesse se divertindo. Da mesma forma, ele também se queixava de certas negligências de Mariana com a criança, e principalmente com ele, muito incomodado pela abstinência sexual bastante prolongada.

Diferentemente dos dois casos anteriores, o de Mariana ilustra um pai que ocupa esse novo lugar a que nos referimos neste artigo: de pai cuidador, sensível às necessidades da companheira e do bebê. Mas essa capacidade aflorada parece vir como compensação para a dificuldade de Mariana em assumir a função materna, na medida em que esta implica não ter o falo, renunciar ao controle para colocar-se em posição de abertura, deixando-se afetar e se aprofundar nessa relação de intimidade com o bebê. Isso nos mostra como o campo do desejo se sobrepõe a qualquer determinação de ordem biológica na esfera do cuidado. A sensibilidade para se conectar com o bebê é algo que se desenvolve à medida que desejamos que se desenvolva, que nos sentimos eticamente implicados no acolhimento e zelo por aquela vida frágil e incipiente que carregamos nas mãos – os nossos filhos, partes de nós que também são alteridade, nos regozijam por sua existência, mas também nos oprimem e nos remexem as entranhas.

Por fim, vamos analisar o caso de Bianca, 26 anos, psicóloga e aluna de doutorado, para a qual ser mãe era algo absolutamente assustador: incompatível com o bom andamento da vida profissional e ameaça à vida conjugal. Esse

caso traz consigo a peculiaridade de ser o único dos quatro casos apresentados neste artigo em que a gestação não fora planejada. A notícia da gravidez foi recebida com tanto desgosto e pesar, por destoar completamente do projeto de vida de Bianca, que se ocorreu uma tentativa de aborto malsucedida no primeiro trimestre. Após essa experiência traumática, Bianca decidiu seguir com a gestação, mas esse evento não alterou o quadro de rejeição ao bebê que perdurou todo o período gestacional, durante o qual procurou focar-se exclusivamente nas atividades profissionais. Sentia-se extremamente ameaçada enquanto mulher, carregando consigo um estereótipo de mãe – baseado na história de sua própria mãe, com quem sempre teve relação difícil e de pouco acolhimento – enquanto mulher sobrecarregada e mal cuidada ou negligente com a própria beleza, propensa ao fracasso profissional e a ser traída, como de fato fora sua mãe.

No entanto, assim como Mariana, contava com forte rede de apoio, mas acima de tudo com o amparo sensível da família de seu companheiro, o que teve papel fundamental no seu processo de aceitação da maternidade. Com o nascimento da criança, a ruptura no antigo estado de coisas se deu de forma positiva, no sentido de sua abertura subjetiva à função materna, relatando ter se apaixonado por seu bebê tão logo o viu e o amamentou pela primeira vez. A mudança negativa referiu-se ao relacionamento conjugal, fonte de desapontamentos por conta das frustrações com relação à participação do marido nos cuidados com o filho. Ao contrário do companheiro do Mariana, experiente e desejoso pela função de cuidar do bebê, principalmente nos primeiros tempos, o companheiro de Bianca era mais jovem e não estava disponível, nos primeiros momentos também, a envolver-se mais profundamente com o bebê. Com isso, os sentimentos amorosos que só recentemente haviam aflorado na maternidade de Bianca oscilavam com profundo pesar, por sentir-se sobrecarregada e desinteressada pela vida sexual – o que, em para ela, configurava uma ameaça ao casamento, por conta da história de traição que sua mãe vivera.

Desse modo, desempenhar o papel de esposa no puerpério, empregando seus esforços para atender às demandas sexuais e de afeto do marido foi pesado, mas ele a pressionava para terem momentos a dois, contando que seus pais ficariam com a criança. Ele, no entanto, nunca se propunha a ficar com o filho quando necessário, mostrando-se indisposto, o que foi motivo de grandes brigas entre o casal. E, quando topava, costumava adormecer a ponto de sequer escutar o choro do bebê. Bianca, nesse sentido, assim como as demais mulheres entrevistadas, sentia-se frustrada pelo fato de o companheiro não conseguir lhe dar o apoio que ela imaginava e precisava. Segundo ela, parecia que

não era possível para ele esforçar-se para prover conforto e bem-estar à criança; como percebia que para a mãe era muito mais fácil, ele se acomodava e não se empenhava, indiferente às necessidades pessoais de sua companheira que, sem o auxílio dele, precisava se desdobrar para cuidar da criança. Crê, porém, que sua postura centralizadora pode ter atrapalhado, dando pouca oportunidade para o pai entrar.

A gangorra sobe e desce: rearranjo geral de lugares maternos e paternos

Curioso constatar, desse modo, que esse novo lugar para o pai implica também, obviamente, e em contrapartida, um novo lugar para a mãe, numa postura menos centralizadora dos cuidados com a criança para que haja o espaço de parceria que tanto almejam e necessitam obter de seus companheiros. Sim, as crianças já nascem com uma vinculação biológica, mamífera, às suas mães, o que de fato facilita muito o acalento do bebê. Mas os pais também já possuem uma vinculação simbólica com o filho – e podem sempre trabalhar isso desde a gestação, pensando sobre a criança, imaginando o relacionamento que estabelecerão – que deve lhes dar força e motivação para adentrar no campo sensível do contato efetivo com o bebê. Pouco a pouco esse cuidado paterno vai se tornando mais familiar para o bebê, de modo que este possa vir a se sentir plenamente seguro com o pai, e este último confiante e apropriado das funções de cuidado para com sua própria criança.

Estamos tratando, portanto, de um processo de mudança social que se dá lenta e gradualmente no tempo, em que cada sujeito nele inserido afeta e é afetado. Um longo caminho ainda há pela frente até que possamos ver os pais em nossa sociedade realmente engajados, dentro das possibilidades pessoais de cada um, obviamente, no relacionamento sensível com o bebê. Nesse sentido, consideramos primordial para favorecer esse processo de maior equanimidade entre homens e mulheres, especialmente no contexto do cuidado com os bebês, refletir sobre os prejuízos que os arranjos sociais e familiares herdeiros do patriarcalismo nos trazem até os dias de hoje.

Em primeiro lugar identificamos o apartamento dos homens-pais de seus filhos, do contato profundo com a criança que geraram e que teria o potencial de fazer se reconfigurar a criança dentro dele, remexendo seus conteúdos infantis numa nova oportunidade de elaboração. Sabemos, por experiência empírica, que até bem há pouco tempo em nossa sociedade, homens que se

mostrassem dedicados aos cuidados do bebê, trocando fraldas, por exemplo, poderiam ser alvo de chacota de seus pares, bem como, inclusive, ter sua masculinidade posta em questão, pois não se tratava de “coisa de homem”, cuidar não era seu papel. Sublinhamos também, com grande importância, certa ruptura no relacionamento do casal que, ocupados com tarefas tão grandiosas e estanques – a mulher de cuidar e o homem de prover –, parecem viver em dois mundos que não se comunicam, enfraquecendo o compartilhar dentro do casal. Se, por outro lado, ambos os parceiros se ocupam, obviamente, do modo que for possível em cada arranjo conjugal, de ambas as tarefas necessárias à subsistência da família: cuidado e provisão, realizamos uma nova divisão dos papéis mais fluida, em que as tarefas de cuidar e prover são tratadas como responsabilidades dos dois, com nítidos ganhos para a criança e para o relacionamento conjugal.

Tramitação

Recebido 23/06/2024

Aprovado 27/06/2024

Referências

KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino*: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

PLASTINO, C. A. A dimensão constitutiva do cuidar. In: MAIA, M. S. (Org.). *Por uma ética do cuidado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, N. *Preocupação materna primária*: condições de instauração e seus desafios na atualidade. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 135p., 2017.

WINNICOTT, D. (1956). Preocupação materna primária. In: *Textos selecionados*: da pediatria à psicanálise. Tradução de Jane Russo. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

_____. E o pai? In: *A criança e seu mundo*. Tradução de Álvaro Cabral. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1979.